

**Isabel Jungk**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Brasil

## Categorial foundations of the Lacanian Logical Time

There are many possibilities for establishing theoretical relations between psychoanalysis, Peircean semiotics and the philosophy in which it is based, in whose heart lays the categories of *firstness*, *secondness* and *thirdness*. The present study is oriented in two complementary directions: the first, more general, presents the Peircean categorial framework and evinces its influences in the elaboration of the three Lacanian registers; the second, more specific, shows how the relations between the categories and the three registers are at the base of the Lacanian logical time comprehended as the subjective time in the psychoanalytic process. The psychical process presents itself in a tripartite form, dividing itself into a sequence of three stages: the *instant of the glance*, the *time for comprehending* and the *moment of concluding*. This logical-subjective temporality can be best understood in the light of Peirce's philosophy, for whom "time is an organized something" and that posits three necessary faculties to "open our mental eyes" in the investigation of any phenomenon.

**Keywords (Lato Semibold, 9pt, esp. 15pt)**

Semiotics, Psychoanalysis, Phenomenology, Temporality, Subjectivity

## Fundamentos categoriais do Tempo Lógico lacaniano

**Inúmeras são as possibilidades de estabelecer relações teóricas entre psicanálise, semiótica peirceana e a filosofia que a fundamenta, em cujo âmago encontram-se as categorias da *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*. O presente estudo se orienta em duas direções complementares: a primeira, mais geral, apresenta o quadro categorial peirceano e evidencia suas influências na elaboração dos três registros lacanianos; a segunda, mais específica, mostra como as relações entre as categorias e os três registros estão na base do *tempo lógico lacaniano* como tempo do sujeito no processo psicanalítico. O processo psíquico se apresenta de forma tripartida, dividindo-se em uma sequência de três etapas: o *instante de ver*, o *tempo de compreender* e o *momento de concluir*. Essa temporalidade lógico-subjetiva pode ser melhor compreendida à luz da filosofia de Peirce, para quem "o tempo é um algo organizado" e que postula três faculdades necessárias para "abrir nossos olhos mentais" na investigação de qualquer fenômeno.**

**Palavras-chave**

Semiótica, Psicanálise, Fenomenologia, Temporalidade, Subjetividade

## 1. O quadro categorial peirceano

A Fenomenologia ou Faneroscopia peirceana – como ele preferia chamá-la – é uma ciência da observação dedicada a estudar o *phaneron*, isto é, o fenômeno, e cuja função é a de realizar a observação e análise radicais – no sentido das raízes – de todas as experiências possíveis. Peirce entendia fenômeno em sentido muito amplo, simplesmente como tudo aquilo que existe e se apresenta à percepção e à mente, a despeito daquilo que sobre ele possamos pensar, podendo ser considerado um fenômeno tanto um evento externo ou uma idéia, quanto um sonho ou abstração, mas que, ainda assim, são passíveis de serem investigados, pois para Peirce:

Há coisas Reais, cujos caracteres independem por completo de nossas opiniões a respeito delas; esses Reais afetam nossos sentidos segundo leis regulares e conquanto nossas sensações sejam tão diversas quanto nossas relações com os objetos, poderemos, valendo-nos das leis de percepção, averiguar, através do raciocínio, como efetiva e verdadeiramente as coisas são; e todo homem, desde que tenha experiência bastante e raciocine suficientemente acerca do assunto, será levado à conclusão única e Verdadeira. A concepção nova que se introduz é a de Realidade. (CP 5.384, 1877)

A concepção de que o existente afeta nossos sentidos segundo leis que podem ser conhecidas por meio de processos de inferência é a base da epistemologia peirceana. Nada é absolutamente incognoscível e, ainda que estejamos sempre a meio caminho, existe uma verdade última a ser conhecida da qual nos aproximamos assintoticamente, sendo, portanto, a Fenomenologia o ramo de sua Filosofia destinado a fornecer o fundamento observacional para as demais ciências. Nessa investigação, Peirce se propôs, a partir de um exame agudo da própria experiência, a tarefa primeira de desenvolver uma doutrina de categorias formais, gerais e abstratas, absolutamente universais, no sentido de que seja possível observá-las em todo e qualquer fenômeno (CP 5.43, 1903).

Ao tomar tal tarefa para si, Peirce concluiu que toda a diversidade fenomênica é redutível a apenas três *modos de ser* que, entendidos como elementos dotados de uma generalidade de primeira ordem, são observáveis em todo e qualquer fenômeno, ainda que em diferentes graus de proeminência. São eles: “o ser da possibilidade qualitativa positiva, o ser do fato atual, e o ser da lei que governará os fatos no futuro” (CP 1.23, 1903). Tais categorias são tão abstratas que podem ser consideradas intangíveis, simples matizes de conceitos (CP 1.353, c. 1880) e, no seu grau de abstração máxima, devem ser entendidas como mônada, relação diádica e relação triádica, respectivamente (CP 1.328, c.1894), constituindo-se, dessa forma, em substratos lógico-formais universais, que não excluem, nem mesmo conflitam, com outras tantas categorias materiais e particulares passíveis de serem encontradas em todas as coisas, conforme SANTAELLA (2001, p. 36). Ainda segundo a autora, as categorias,

Por serem tão universais a ponto de se presentificarem em tudo e qualquer coisa, Peirce resolveu esvaziar os termos de qualquer conteúdo material, reduzindo-os à sua natureza puramente lógica. Daí as categorias passarem a ser designadas por (1) primeiridade = mônada, (2) secundidade = relação diádica e (3) terceiridade = relação triádica. Em cada fenômeno particular, a roupagem aparente dessas categorias se modifica, mas o substrato lógico sempre permanece. (Santaella, 2001, p. 15)

O fundamento para a compreensão das categorias está, portanto, na compreensão do substrato lógico-formal de cada uma delas, que se mantêm inalterados apesar da exterioridade de que se revestem quando observados na variabilidade material de cada fenômeno específico. As categorias peirceanas não são, dessa forma, noções estáticas ou terminais; elas são dinâmicas e interdependentes, onipresentes e, portanto, universais, observáveis em todo e qualquer fenômeno numa miríade de formas, de tal maneira que é possível afirmar que:

O primeiro está aliado às idéias de acaso, indeterminação, frescor, originalidade, espontaneidade, potencialidade, qualidade, presentidade, imediaticidade, mônada... O segundo às idéias de força bruta, ação- reação, conflito, aqui e agora, esforço e resistência, diada... O terceiro está ligado às idéias de generalidade, continuidade, crescimento, representação, mediação, tríada... (Santaella, 2000, p. 8)

Para PEIRCE (CP 1.300, c.1894), a lista de categorias “é uma tábua de concepções extraída da análise lógica do pensamento, aplicáveis ao ser”, e a Fenomenologia deve também compor as características de cada uma delas, afastando possíveis redundâncias e mostrando as relações entre elas (CP 5.43, 1903). Para serem claramente apreendidas, devem ser estudadas e formuladas a partir de três pontos de vista: das *Qualidades*, dos *Objetos*, e da *Mente*, que correspondem aos aspectos sob os quais pode um fenômeno ser considerado, a saber: o ontológico, o existente, e o de mediação. Tais nuances foram desenvolvidas e exemplificadas em detalhes por SANTAELLA (2001, p. 35), e resumidamente, podem ser compreendidas do seguinte modo:

Do ponto de vista (1) ontológico, das qualidades, as categorias aparecem como:

- (1.1) qualidade, i.e., o ser da possibilidade qualitativa positiva, ou mera possibilidade da qualidade em si mesma;
- (1.2) qualidade do fato atual, ou seja, ação do fato atual, reação;
- (1.3) qualidade da mediação, o ser de uma lei que irá governar fatos no futuro.

Do ponto de vista (2) do existente, dos objetos, elas se apresentam como:

- (2.1) *Quales*, i.e., fatos de primeiridade;
- (2.2) *Relatos*, i.e., relações ou fatos de secundidade;
- (2.3) Representações, ou seja, signos ou fatos de terceiridade.

Do ponto de vista (3) da mediação, da mente, as categorias se manifestam como:

- (3.1) Sentimento ou consciência imediata, i.e., signos de primeiridade ou meras qualidades de sentimento;
- (3.2) Sensação ou reação diante de um fato, ou signos de secundidade;
- (3.3) Concepção, pensamento ou mente em si mesma, i.e., signos genuínos ou de terceiridade.

As categorias poderão ser, dessa maneira, compreendidas em si mesmas, como modos de ser dos fenômenos, ou ainda como modos de existência, tanto dos próprios fenômenos do universo físico, bem como da mente ou consciência, e ainda como modos de apreensão desses mesmos fenômenos, pois elas se constituem em categorias universais do pensamento e da natureza, entre os quais, segundo o sinequismo de Peirce, não há dualidade ou contraposição, mas somente continuidade.

Esse quadro categorial, dotado de máxima generalidade,

fornece então o fundamento necessário para qualquer estudo que se pretenda interdisciplinar e abrangente, uma vez que, se cada campo do saber conhece as especificidades de seus objetos de estudo, a base fenomenológica peirceana pode funcionar como método para integrar diversos pontos de vista acerca de um mesmo fenômeno, por mais multifacetado que ele ou as visões sobre ele se apresentem.

## 2. As categorias e os registros lacanianos

Observações e reflexões acerca da influência direta que a obra de Peirce exerceu sobre a psicanálise laciana são importantes quando se trata de estabelecer um campo interdisciplinar entre semiótica e psicanálise, e ainda mais quando se procura estabelecer relações entre seus conceitos e saberes. Essa influência é menos conhecida do que outras, como a da Lingüística, mas nem por isso é menos identificável. Lacan cita Peirce em diversas ocasiões, chegando a se perguntar se alguém o acusaria de “pescar em águas peirceanas”:

De vez em quando, Lacan se refere, em seus seminários, à obra de Charles Sanders Peirce (1839-1914), cuja influência sobre Lacan parece inegável [...], levando-o ao ponto de perguntar-se se alguém em seu público o acusaria de pescar em águas peirceanas [...]. Ele pode ter de fato encontrado em Peirce a fonte do que ele chamou de ‘meus registros categoriais do imaginário, do simbólico, e do real’ [...]. (Muller, 1996, p. 31)<sup>1</sup>

De fato, a passagem mais importante em que Lacan se refere a Peirce pode ser encontrada em seu Seminário 23, *O Sinthoma*, na qual ele estabelece a relação entre seus três registros e as categorias fenomenológicas. Lacan aponta textualmente para a correspondência entre a lógica peirceana, onde as categorias são chamadas pelos números, e seus três registros, que ele afirma chamar pelos nomes que têm:

Um tal de Charles Sanders Peirce construiu sua lógica sobre isso, o que, devido à ênfase que ele atribui à relação, o leva a fazer uma lógica trinitária. É exatamente a mesma via que eu percorro, com a diferença de que chamo as coisas em questão pelo nome que têm – simbólico, imaginário e real, nessa ordem exata. (Lacan, 2007 [1975-76], p. 117).

Essa abordagem triádica é, portanto, um ponto comum entre Peirce e Lacan. Contudo, Michel Balat, ao fazer uma detalhada análise das relações entre teoria peirceana e psicanálise, igualmente indica uma distinção primordial a ser feita entre as tríades dos dois autores para sua adequada compreensão:

A partir da primeira aproximação dessas duas abordagens ‘triádicas’, veremos uma importante distinção operar-se entre elas, que poderíamos resumir basicamente pelos nomes que seus descobridores lhes deram:

- as categorias peirceanas são ‘faneroscópicas’ (do termo ‘phaneron’, derivado de ‘fenômeno’, mas em um sentido próprio a Peirce).

- as categorias de Lacan são ‘diz-mensões’ (as dimensões do ‘dizer’)<sup>2</sup>. (Balat, 2000, p. 38)

Esmiuçando essas diferenças, pode-se observar a generalidade das categorias faneroscópicas compondo um quadro cujo objetivo primeiro é justamente o de servir de fundamento observacional para outras áreas do saber;

diferentemente, as categorias lacanianas são as “dimensões do espaço habitado pelos seres falantes”, conforme CESAROTTO e SOUZA LEITE (1992, p. 59). Pedra fundamental do ensino laciano, essas dimensões nomeadas como real, simbólico e imaginário se constituem em registros referentes ao circuito do desejo humano, campo da teoria psicanalítica, correspondendo cada um deles, segundo GARCIA-ROZA (2005, p. 215), a “uma ordem de distribuição do desejo”, contexto no qual se faz necessário entendê-los.

O imaginário relaciona-se diretamente às imagens, matéria prima do inconsciente, a partir do qual se estrutura o ego durante o *estádio do espelho*, por meio de identificações que conduzem à cristalização da imagem do corpo. O simbólico tem na linguagem verbal sua expressão mais concreta que, como instância codificada pré-existente ao sujeito, lhe fornece a estabilidade da estrutura na qual se insere após o recalque originário. Já o real é aquilo que escapa, que não pode ser totalmente simbolizado, por estar o sujeito condicionado pelo seu desejo, sendo, portanto, aquilo que está para além de qualquer interferência humana, e “independente<sup>3</sup> dos outros dois registros”, conforme CESAROTTO e SOUZA LEITE (1992, p. 62).

Guardadas as diferenças conceituais entre as categorias peirceanas e os registros lacanianos, é possível estabelecer uma correspondência entre eles, pois, não só as categorias faneroscópicas são onipresentes, podendo ser encontradas no campo do desejo humano, como também, sua presença “é particularmente evidente em um fenômeno de natureza triádica” como a tríade freudiana da dinâmica psíquica, inicialmente definida como “inconsciente, subconsciente e consciente, mais tarde definida como id, superego e ego”, como colocado por SANTAELLA (1999), e que são as bases da fundação da psicanálise.

Desse modo, pode ser estabelecida a relação entre a primeiridade e o imaginário, como registro da construção de uma unidade compatível ao eu do indivíduo, que inexistente no momento do seu nascimento. O desenvolvimento humano está fundado em identificações ideais: o ego se projeta nas imagens em que se espelha, buscando uma completude que não pode jamais ser encontrada, porque existência é sempre diádica, mas que pode ser “capturada em miragens”, em “estados monádicos que almejam à totalidade”, segundo SANTAELLA (1999). Por tudo isso é que:

<sup>1</sup> Neste parágrafo, as referências bibliográficas citadas por J. P. Muller foram suprimidas por reticências entre colchetes: são elas respectivamente: o livro de Michel Balat, *Des fondements sémiotiques de la psychanalyse*, o Seminário de Lacan *L'identification* (1961-62) e a Conferência de Roma *La Troisième* (1974).

<sup>2</sup> Em francês: “les catégories de Lacan sont des ‘dit-mensions’ (des dimensions du ‘dit’).”

<sup>3</sup> “Independente” aqui deve ser entendido no sentido de que se impõe, como p.ex., a base biológica se impõe à organização do aparelho psíquico, e não no sentido de separação em relação aos outros dois registros, pois Lacan insistia na interdependência entre eles, no seu funcionamento conjunto e articulou-os na forma do conhecido nó borromeano, formado por três círculos cuja principal característica consiste em que, ao se cortar um deles, os outros dois também se separam.

Identificação imaginária é sempre, de fato, imaginária, visto que identificação não é senão o apagamento das distinções e das diferenças, isto é, aquilo que, sem poder de distinção, inunda uma singularidade, escapando a qualquer movimento dialético ou de mediação. Toda identificação, porque borra as diferenças, é estado monádico, aspiração ao uno, completo, fechado em si mesmo. [...] Nesse lapso de instante fugaz – completude da forma – a mônada é dominante: a imagem é o que é sem relação com qualquer outra coisa. (Santaella, 1985, p. 28-29)

Importante observar que a relação entre primeiridade e imaginário é de proeminência da mônada, mas não exclui as outras duas categorias, até porque é preciso lembrar sempre sua onipresença. Esse registro também se apresenta como alteridade, pois, “por primeira que seja a constituição desse imaginário, ela não se opera monadicamente, sendo tributária do ‘outro’ do espelho. Não se pode tratar aqui, portanto, de uma pura primeiridade”, conforme observado por BALAT (2000, p. 46).

Com relação à secundidade, tanto a concepção peirceana de real como o registro lacaniano de mesmo nome não se confundem com a idéia comum de realidade. Para Lacan, o real é a sobra, o resto que o simbólico não é capaz de representar e nem o imaginário consegue integrar, permanecendo impenetrável ao sujeito do desejo. Para Peirce, o real se impõe como aquilo que insiste apesar do que possamos sobre ele pensar, e nessa insistência é passível de chegar a ser conhecido aproximativamente através de processos inferenciais, pois revela sua natureza nos indícios através do quais se manifesta. Apesar das diferenças<sup>4</sup> entre a secundidade e o registro do Real, o paralelo se opera porque, como aponta o próprio Peirce, tudo que existe, “ex-siste”<sup>5</sup>, isto é, “realmente age sobre outros existentes” (CP 5.429, 1905) na forma de causação eficiente, ou seja, como ação e reação entre existentes, simplesmente pelo fato de existirem no mesmo tempo e espaço. Dessa forma,

um levantamento inicial dos termos para designar esse registro [Real], é, por si só, demonstrativo [dessa correspondência]: recusa do conceito; causa como algo de anti-conceitual, de indefinido; só existe causa para o que manca; real que bem pode, ele sim, não ser determinado; o modo de tropeço pelo qual as formações do inconsciente aparecem; a surpresa ou aquilo pelo que o sujeito se sente ultrapassado; a descontinuidade na qual alguma coisa se manifesta como vacilação; o que pontua, macula, põe nódoas; o real por trás da falta de representação. Enfim, ‘o real é o impossível’, ‘espécie de resíduo da operação significante’, isto é, aquilo que é impossível de ser simbolizado e, como tal, aquilo que rompe e interrompe o fluxo do significante, descontinuidade que esburaca o simbólico como vazio. A relação do Real com o Simbólico é, nessa medida, tipicamente diádica: ação abrupta de irrupção e interrupção. O Real determina efeitos no Simbólico, mas ele próprio não é determinado. É causação sem o governo da lei e do conceito. (Santaella, 1985, p. 29)

<sup>4</sup> Interessante notar que, sob certo aspecto, a diferença entre secundidade e o registro do Real poderia ser comparada à diferença entre *Wirklichkeit* e *Realität* respectivamente, ambos termos do alemão que designam realidade; o primeiro, no entanto, no sentido de seus efeitos, e o segundo como realidade em si mesma. Contudo, a categoria peirceana, sendo geral, compreende os dois aspectos, enquanto a dimensão lacaniana enfatiza aquilo que o sujeito barrado não consegue apreender. Sobre o emprego que Freud faz desses termos e o ensino lacaniano, ver PORGE (2006, p. 123).

<sup>5</sup> Em inglês: “Whatever exists, ex-sists, that is, really acts upon other existents” (CP 5.429, 1905).

No caso da terceiridade, a categoria da mediação, da representação e da linguagem, a correspondência com a ordem do simbólico é ainda mais evidente, seja na forma do grande Outro, onde se encontra a estrutura que prescreve o sujeito, seja no próprio “âmbito da palavra e suas consequências na constituição do ser humano”, cuja qualidade humana depende dessa condição de ser falante. “Este registro inclui o inconsciente, condicionado pela linguagem, assim como a interdição do incesto, a lei que ordena a vida dos homens e os diferencia dos animais”, como observam CESAROTTO e SOUZA LEITE (1992, p. 60). Por sua vez, Balat (2000, p. 47) também indica essa correspondência, pois “o simbólico será a mediação, da ordem, portanto da terceiridade”, e cita Lacan, que afirma que “toda relação analisável, isto é, interpretável simbolicamente, é sempre mais ou menos inscrita numa relação a três” (LACAN como citado em BALAT, 2000, p. 47). Assim, a terceiridade e o simbólico podem ser caracterizados então como consciência sintética, de acordo com PEIRCE (CP 1.382, 1890).

### 3. Terceiridade, simbólico e tempo lógico

O *tempo lógico*, como elaborado por Lacan, não é o tempo convencional em horas e minutos; é um recurso teórico para dar conta da modulação temporal de todo processo lógico do qual participa o sujeito e que, portanto, seria “necessário e inerente a todo processo psíquico”, conforme CESAROTTO e SOUZA LEITE (1992, p. 9-10). Lacan “sugeri um tempo que não fosse cronológico para pensar os processos mentais e escreveu um artigo propondo o *tempo lógico* como o tempo do sujeito”, afirma SOUZA LEITE (2010, p. 61). Essa temporalidade lógico-subjetiva pode ser melhor compreendida à luz da filosofia de Peirce (CP 6.214, 1898), para quem “o tempo é um algo organizado” e que, tendo sua lei ou regularidade, se apresenta como um “tipo de sequência”. Ao comentar essa passagem, Capek ressalta que Peirce se inclina a substituir *sequência lógica* por *sequência temporal*, substituição essa que se opera nos processos mentais pelos quais vamos compondo os passos inferenciais, mas que não fazem parte das premissas e conclusões em si mesmas:

A estrutura da lógica clássica elimina a sequência temporal. Por exemplo, sempre em toda inferência, cada conclusão está contida em suas premissas; quando dizemos que ‘ela se segue’ das premissas, usamos meramente uma linguagem metafórica. O termo ‘segue-se’ aplica-se a nossos processos psicológicos pelos quais traçamos as relações lógicas em nossa mente [...] Entretanto, no padrão lógico propriamente, não há sucessão que esteja subjacente à mais simples conclusão ou mesmo à mais complexa. A simultaneidade de duas premissas e de sua conclusão pode ser mostrada por um diagrama de Euler [...] Tal sequência temporal é um processo *psicológico*, uma busca humana para descobrir uma ordem pré-existente que não é óbvia. [...] Mas o padrão descoberto, em si mesmo, seja simples ou complexo, não possui nenhuma relação temporal. (Capek, 1994, p. 70-71)

Dessa forma, o tempo, ou melhor, o intervalo de tempo consumido, é um fator que concerne somente a nossa atividade mental de busca e, se uma premissa vem “antes ou depois” de outra, essa precedência ou sucessão refere-se somente ao nível mental do entendimento humano. Tal evidência equivale a dizer que o tempo está implícito na ideia de semiose, definida como a ação do signo de produzir interpretantes no curso do tempo e que, neste caso, vemos aplicada à atividade inferencial humana, que é con-

ciência sintética mas que, vale sempre ressaltar, não se restringe a ela.

Para PEIRCE (CP 6.338, 1908), o pensamento humano é dialógico; ele é conduzido em signos que são na maioria da mesma estrutura geral das palavras, sendo a linguagem verbal o sistema de signos no qual ele se expressa e é elaborado. Seu desenvolvimento está diretamente ligado à ação dos signos, por ele utilizados, de gerar interpretantes. Essa ação somente se desenrola no tempo. PEIRCE (CP 1.384, c. 1890) afirma que a “concepção total de tempo pertence à terceiridade genuína”, o que, em outras palavras, significa que a categoria da terceiridade é a categoria do tempo. Sendo assim, para SANTAELLA (1992, p. 317) “a definição de signo funciona como o embrião lógico do movimento do tempo e, portanto, da continuidade e dos processos evolucionários”, pois “onde há um signo, há um processo temporal, dado que a ação do signo é se desenvolver no tempo” (ibid., p. 313).

LACAN (1945), em seu texto *O tempo lógico e sua asserção de certeza antecipada*, apresenta o seguinte problema: o diretor de uma prisão chama três prisioneiros e lhes propõe um jogo cujo vencedor será libertado. Ele lhes mostra cinco discos, três brancos e dois pretos, os quais serão fixados em suas costas. Cada prisioneiro não saberá a cor do disco fixado em suas próprias costas, mas poderá ver a cor do disco nas costas dos outros dois, e deverá deduzir a cor do seu disco por meio de um processo lógico. Aquele que primeiro obtiver a resposta correta, justificando-a logicamente, será libertado. Os três discos brancos são fixados nas costas dos prisioneiros, permanecendo os pretos sem uso. Cada prisioneiro vê então dois discos brancos, constatação a partir da qual permanece a dúvida sobre o seu próprio disco, que poderá ser branco ou preto, já que a cor dos discos não utilizados é desconhecida. Lacan prossegue:

Depois de se haverem considerado entre si *por um certo tempo*, os três sujeitos dão juntos *alguns* passos, que os levam simultaneamente a cruzar a porta. Em separado, cada um fornece então uma resposta semelhante, que se exprime assim:

‘Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: ‘Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto’. E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. Ao que saí porta afora, para dar a conhecer minha conclusão.’

Foi assim que todos três saíram simultaneamente, seguros das mesmas razões de concluir. (Lacan, 1998 [1945], p. 198)

Lacan chama essa solução de um *sofisma notável*, sofisma no sentido de um raciocínio concebido com o objetivo de produzir uma ilusão de verdade, pois, apesar de simular um acordo com as regras da lógica, baseia-se em uma estrutura inconsistente, porém notável porque, ainda que de forma falaciosa, leva cada prisioneiro à conclusão sobre a cor do cartão em suas costas, e a uma asserção de certeza cuja veracidade será posta à prova para se conseguir a própria liberdade.

Um dos valores desse sofisma é mostrar que o processo psíquico é tripartido, e que seu *tempo lógico* se divide em uma sequência de três etapas: o *instante de ver*, o *tempo de compreender* e o *momento de concluir*. Esses três estágios se assemelham às três faculdades que PEIRCE (CP

5.41-42, 1903) afirma serem necessárias para “abrir nossos olhos mentais” na investigação de qualquer fenômeno: o poder observacional do artista, que possui a rara qualidade de ver o que está diante dos olhos como se apresenta, sem substituí-lo por nenhum tipo de interpretação ou condicionamento prévio; o discernimento resoluto de identificar, seguir e detectar o objeto sob observação onde e como ele se apresentar e, finalmente, o poder generalizador do matemático, capaz de produzir a fórmula abstrata que compreende a essência do objeto em questão, livre de quaisquer contingências. Essas três aptidões estão em estreita relação com as três categorias peirceanas, especialmente compreendidas em seu aspecto de mediação.

Neste ponto, deve-se notar que o quadro peirceano, sempre mais geral, ao ser articulado com teorias de cunho mais específico, passa por um aumento de especificidade e uma diminuição de generalidade. Ainda assim, o paralelo não só é possível como é bastante enriquecedor. As três faculdades postuladas por Peirce são menos determinadas que os tempos de Lacan, que se referem ao processo inferencial da mente humana especialmente no que tange ao desvelamento, por parte do sujeito, de aspectos inconscientes de sua psique, mas são capazes de evidenciar a base categorial de sua ordenação lógica. Nesse processo, o tempo será modulado por três estágios de subjetivação: *sujeito impessoal* para o instante de ver, *sujeito indefinido recíproco* para o tempo de compreender, e *sujeito da asserção* para o momento de concluir, a fim de que o analisando tenha a chance de transpor o plano de identificação com o sujeito suposto saber. Essa modulação subjetiva, que “toma o tempo como evento significante e não como ocasião de duração mensurável”, conforme PORGE (como citado em KAUFMANN, 1996, p. 520-521), precisa passar por três tempos lógicos cuja sequência não pode ser alterada, e que se estruturam de maneira semelhante à mediação em suas três formas: como consciência imediata, como sensação ou reação, e como consciência de síntese, segundo PEIRCE (CP 1.381, c.1890).

O *instante de ver* é o tempo em que cada sujeito, “prisioneiro” da ignorância sobre sua própria condição, e na impossibilidade de “enxergar” seu próprio estatuto, observa os demais sujeitos à procura da verdade sobre si mesmo, e guarda, assim, profunda analogia com o registro do imaginário, pelo qual o ego se estrutura em uma unidade durante o *estádio do espelho*, que se resume a ver-se no olhar de outrem que funciona como seu espelho. Como vimos, a primeiridade não se apresenta aqui de forma pura, pois há uma alteridade envolvida, e mesmo uma atividade mental. No entanto, o sujeito, *impessoal* neste momento, precisa estar com a consciência porosa, aberta para absorver e deixar-se absorver por aquilo que se lhe apresenta, tal como se apresenta, e que, se durante o *estádio do espelho* é o olhar do outro, no processo analítico será seu sintoma, seu mal-estar, algo que ele não sabe precisar, que se apresenta apenas como qualidade de sentimento à qual ele deverá tornar-se receptivo, pois

A tendência para a destilação analítica do pensamento no tempo não é onipresente; de todas as substâncias no universo, a mente é a mais plástica. Há momentos nos quais a qualidade de um sentimento não analisado toma a dianteira como um *flash*, e é como se o todo da consciência fosse reduzido a uma sensibilidade monádica, incorpórea, indivisível e não clara em seus contornos. (Santaella, 1992, p. 319)

Segue-se, então, o *tempo de compreender*, onde se desenrola o esforço para desenvolver as relações lógicas que servirão de base para as premissas, a partir dos dados obtidos pela observação do fenômeno, na tentativa de compreender aquilo que não se conhece e que não está ao alcance da percepção direta, como o prisioneiro que desconhece a cor dos cartões que não foram utilizados e que não pode ver a cor de seu próprio cartão, contando somente com aquilo que os outros lhe apresentam, no caso, a cor dos cartões em suas costas. Este momento guarda estreita relação com o registro do real que, se por um lado, resiste à completa simbolização, por outro, pode chegar a ser conhecido de forma aproximativa pelos indícios através dos quais se manifesta. Novamente aqui a correspondência com a categoria da secundidade se dá de forma proeminente. Elaborar esses indícios é o que o sujeito *indefinido* faz, trabalho que, embora poderá ocorrer somente na instância do simbólico, da linguagem, pela sua condição de ser falante, será tributário de uma relação de reciprocidade, ou seja, da referência de um eu a um denominador comum dos demais sujeitos que o cercam. Lacan pergunta:

Mas a que tipo de relação corresponde essa forma lógica? A uma forma de objetivação que ela gera em seu movimento, qual seja, à referência de um [eu] ao denominador comum do sujeito recíproco, ou ainda, aos outros como tais, isto é, como sendo outro uns para os outros. Esse denominador comum é dado por um certo *tempo para compreender*, que se revela como uma função essencial da relação lógica de reciprocidade. (Lacan, 1998 [1945], p. 211)

Dessa forma, chega o *momento de concluir*, que deverá traduzir-se em ato, no qual a eficiência dessa elaboração será testada na tentativa da realização do desejo de conseguir a liberdade pelos prisioneiros. Para tanto, o sujeito da asserção, isto é, “a forma pessoal do sujeito do conhecimento”, conforme LACAN (1998 [1945], p. 207), valer-se-á de seu poder generalizador para alcançar a *sua* verdade, isto é, a verdade a que a capacidade de elaboração de sua própria consciência sintética lhe permite chegar a respeito de sua realidade psíquica e das qualidades que a engendram; e isso porque, como observa PORGE (como citado em KAUFMANN, 1996, p. 520), “se o sintoma tem sem dúvida a significação de um retorno da verdade do sujeito, é porque há uma *hora* da verdade para o sujeito”, e como a lógica se ocupa dos valores de verdade, “essa relação da verdade com o tempo justifica que Lacan tenha procurado unir lógica e tempo”. Em seu texto capital, Lacan procura demonstrar também a *heterotemporalidade* do tempo lógico subjetivo, que pode ser alterado por uma função externa, a função do analista de precipitar o momento de concluir do sujeito. “O analista atuaria na temporalidade dos processos psíquicos do paciente, atuando na temporalidade lógica, precipitando o momento de concluir”, afirma SOUZA LEITE (2010, p. 63). Essa atuação pode se dar unicamente como capacidade de diminuir a duração do tempo cronológico que o sujeito levaria para transformar os dados à sua disposição, e passar de um tempo a outro, não detendo o analista o poder de alterar ou fugir a essa seqüência. Por essas razões,

O *Homem dos Lobos* é um caso que Lacan tomou muitas vezes como exemplo para mostrar de que maneira essas três dimensões foram distorcidas. O *Homem dos Lobos*, que no final de sua vida continuava a pintar cartões-postais com o sonho que lhe deu seu

nome de caso, se fixou de algum modo num instante de ver que não encontrou seu tempo para compreender, e isso porque o momento de concluir foi antecipado pelo analista e ele permaneceu na ‘alienação de sua verdade’. (Porge como citado em Kaufmann, 1996, p. 520)

Nesses três momentos de evidência da temporalidade do sujeito, fica claro então que seus diferentes valores lógicos revelam-se na ordem crescente em que se apresentam, ordem que não se resume a uma mera sucessão de etapas ou à sua duração cronológica, fazendo-se necessário captar, em sua *modulação*, a função pela qual cada um deles, “na passagem para o seguinte, é reabsorvido, subsistindo apenas o último que os absorve”, de acordo com LACAN (1998 [1945], p. 204), da mesma maneira que a terceiridade não pode prescindir da secundidade, e nem esta da primeiridade. Essa forma de sucessão permite compreender sua gênese no movimento lógico do sujeito do conhecimento, “movimento que fornece a forma lógica de toda assimilação ‘humana’” (ibid., p. 213), e o motivo pelo qual não lhe é possível furtar-se a ela. Assim, a fugacidade do instante de ver se desenvolve na duração da meditação de um tempo para compreender, para ser finalizada no momento de concluir o tempo para compreender. O aparelho psíquico se reorganiza, e o momento de concluir não estabelece o fim do processo mental, pura semiose, onde o tempo de concluir poderá ser o instante de ver de outro movimento lógico, *ad infinitum*, em uma busca sempre assintótica em direção à verdade do Sujeito.

## Referências bibliográficas

- BALAT, Michel. **Des fondements sémiotiques de la psychanalyse**. Paris: L'Harmattan, 2000.
- CABAS, Antonio Godino. **Curso e discurso na obra de Jacques Lacan**. Trad. M. L. BALTAZAR. São Paulo: Centauro Ed., 2005.
- CAPEK, Milic. "C. S. Peirce's different approaches to the problem of time". From **Time and chance to consciousness**. E. Moore & R. Robin (Eds.). Oxford: Berg, 1994, p. 67-74.
- CESAROTTO, Oscar e SOUZA LEITE, Márcio Peter. **O que é psicanálise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- JUNGK, Isabel. **Linguagem, língua, alíngua. Semiótica Psicanalítica: Clínica da Cultura**. Lucia SANTAELLA e Fani HISGAIL (orgs.). São Paulo: Iluminuras, 2013.
- JUNGK, Isabel. "A palavra como mediação entre a percepção humana e o existente". **Cognitio Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia**, Vol. 13, n. 1, 2016. Disponível em (acesso em 01/05/2018): <https://revistas.pucsp.br/cognitio/article/view/26756>
- KAUFMANN, Pierre (Ed.). **Dicionário Enciclopédico de Psicanálise**. Trad. Vera RIBEIRO e Maria L.X. de A. BORGES. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- LACAN, Jacques. **O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada** [1945]. Escritos. Trad. Vera RIBEIRO. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. **O Seminário 23: O Sinthoma**. Trad. Sérgio LAIA. Rio de Janeiro: Zahar, 2007 [1976-75].
- LACAN, Jacques. **O Seminário 20: Mais, ainda**. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1975].
- MULLER, John P. **Beyond the Psychoanalytic Dyad**. New York: Routledge, 1996.
- NÖTH, Winfried. **Subversões semióticas de Jacques Lacan. Semiótica Psicanalítica: Clínica da Cultura**. Lucia SANTAELLA e Fani HISGAIL (orgs.). São Paulo: Iluminuras, 2013.
- PEIRCE, Charles S.. **The collected papers of Charles S. Peirce**, 8 vols., C. HARTSHORNE, P. WEISS & A. W. BURKS (eds.). Cambridge: Harvard University Press, 1931-1966. (Referido como CP, seguido do nº do volume, nº do parágrafo e ano em que o texto foi publicado ou escrito.)
- PORGE, Erik. **Jacques Lacan, um Psicanalista**. Trad. C. T. G. de LEMOS; N. V. de A. LEITE; V. VERAS. Brasília: UNB Editora, 2006.
- SANTAELLA, Lucia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- SANTAELLA, Lucia. **Time as the logical process of the sign**. Semiotica, no. 88 – 3/4, 1992, p. 309-326.
- SANTAELLA, Lucia. **Semiótica e conexões: o caso da psicanálise. Psicanálise e o contemporâneo**. Samira CHALHUB (org.) São Paulo: Hacker Ed./FAPESP, 1996.
- SANTAELLA, Lucia. "As três categorias peirceanas e os três registros lacanianos". **Psicologia USP** (versão online), vol. 10 n. 2, São Paulo, 1999. Disponível em (acesso 01/05/2018): [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65641999000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000200006)
- SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos. Como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Thomson Learning, 2000.
- SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2001.
- SANTAELLA, Lucia e HISGAIL, Fani (orgs.). **Semiótica Psicanalítica: clínica da cultura**. São Paulo: Iluminuras, 2013.
- SOUZA LEITE, Márcio Peter de. **Psicanálise lacaniana**. São Paulo: Iluminuras, 2010.
- VIEIRA, Jorge de Albuquerque. **Tempo em transformação. Ontologia Sistemática e Complexidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica Ed., 2008, p. 73-90.

